

INSTRUÇÕES

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

TEXTO I

O Cerrado, segunda maior formação vegetal do Brasil e da América do Sul, é frequentemente subestimado em sua complexidade ecológica, sendo erroneamente categorizado como uma mera savana. Contudo, suas savanas, florestas e campos abrigam uma biodiversidade incomparável, com mais de dez mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas. Este bioma se destaca como um berço de águas, alimentando importantes bacias hidrográficas como as do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco, e influenciando diretamente o regime hídrico de vastas regiões do país. A riqueza de sua fauna, que inclui mamíferos ameaçados como o lobo-guará e a anta, e milhares de espécies de insetos e aves, sublinha a urgência de sua conservação.

Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado. A conversão de áreas nativas para lavouras e pastagens resultou em uma perda de cobertura vegetal que já atinge cerca de metade de sua área original. Essa devastação não apenas compromete a resiliência do ecossistema, mas também acelera a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e a emissão de gases de efeito estufa. Paradigmaticamente, a legislação ambiental brasileira conferiu ao Cerrado uma proteção menos robusta se comparada à Amazônia e à Mata Atlântica, o que o tornou mais vulnerável aos avanços do desmatamento legal e ilegal. A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante. A conscientização sobre a importância estratégica do Cerrado para a segurança hídrica e alimentar do Brasil é crucial para que se estabeleçam mecanismos eficazes de proteção e recuperação.

(Adaptado de O Globo, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Infere-se do texto que a relativa vulnerabilidade legal do bioma Cerrado, em comparação à Amazônia e à Mata Atlântica, é um fator determinante para a intensificação da sua degradação ambiental, uma vez que a ausência de amparo jurídico equivalente facilita a conversão de suas áreas nativas para atividades agrícolas e pecuárias.

02-(IBED) A expressão 'berço de águas', utilizada no primeiro parágrafo para caracterizar o Cerrado, manifesta uma metáfora que, no contexto, atribui ao bioma a função de uma fonte primordial de recursos hídricos, sendo responsável pela origem e manutenção de importantes bacias hidrográficas nacionais. Todavia, a substituição dessa expressão por 'região de mananciais' manteria integralmente o sentido e o impacto estilístico da frase original.

03-(IBED) No segmento 'A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante', o termo 'que' introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, contribuindo para esclarecer o tipo de 'políticas públicas'. A retirada das vírgulas que isolam essa oração não alteraria a correção gramatical, mas introduziria uma restrição ao significado de 'políticas públicas', modificando a interpretação original do autor.

04-(IBED) Considere o trecho 'Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado'. A palavra 'vigorosamente' atua como um advérbio de modo e intensifica a ação de 'avançado', indicando que o progresso da expansão agrícola ocorre de maneira potente e rápida. No contexto, se substituído por 'paulatinamente', o sentido da frase seria invertido, indicando um avanço gradual e lento, contrariando a tese de rápida devastação do bioma.

05-(IBED) O segundo parágrafo do TEXTO I apresenta uma relação de causa e consequência explícita ao conectar a expansão agrícola no Brasil com a perda de cobertura vegetal do Cerrado, a erosão do solo, a contaminação da água e as emissões de gases estufa. Essa conexão lógica é reforçada pela utilização de conjunções explicativas. No entanto, a ideia central do parágrafo concentra-se mais na descrição do problema do que na apresentação de soluções imediatas, característica que desqualifica a argumentação apresentada como plenamente persuasiva.

06-(IBED) Situação hipotética: Um novo projeto de lei proposto no congresso visa a criação de uma agência reguladora autônoma para monitorar e propor diretrizes para políticas públicas federais. Assertiva: Conforme a teoria dos ciclos de políticas públicas, a criação dessa agência impactaria diretamente a fase de formulação da agenda governamental, ao introduzir um novo ator com capacidade de balizar a entrada de problemas na pauta decisória, e a de monitoramento e avaliação, dada sua função fiscalizadora e propositiva, solidificando a transparência e a accountability no âmbito da governança pública.

07-(IBED) A distinção entre políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, proposta por Theodore Lowi na sua tipologia de políticas públicas, é fundamental para compreender os diferentes arranjos de poder e as lógicas de deliberação associadas a cada tipo. As políticas redistributivas, que buscam alterar a distribuição de bens e recursos de forma significativa na sociedade, caracterizam-se por envolverem baixos custos políticos e consensos amplos, facilitando sua implementação devido à ausência de perdedores bem definidos.

08-(IBED) O processo de federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, embora promova a autonomia dos entes federativos e a maior adequação das ações governamentais às realidades locais, frequentemente gera desafios significativos, como a assimetria na capacidade de implementação entre municípios e estados, a fragmentação da ação estatal e a dificuldade de coordenação intergovernamental, elementos que podem comprometer a efetividade e a equidade na entrega de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

09-(IBED) No contexto das políticas de institucionalização dos Direitos Humanos como políticas de Estado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, desempenha um papel meramente simbólico. Suas diretrizes, por não possuírem força de lei, não oferecem subsídio para a elaboração de programas e ações concretas que visem à efetivação dos direitos fundamentais, sendo sua implementação dependente exclusivamente de vontades políticas momentâneas e desvinculada de compromissos estatais de longo prazo.

10-(IBED) É correto afirmar que o desenvolvimento sustentável, enquanto pilar essencial das políticas públicas contemporâneas, transcende a mera proteção ambiental, englobando simultaneamente as dimensões econômica e social, de modo a garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, programas de mitigação das mudanças climáticas que negligenciam aspectos de justiça social e equidade intergeracional não podem ser plenamente qualificados como sustentáveis.

11-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do estado do Piauí, é considerado o segundo município mais antigo do estado, tendo sido elevado à condição de município em 1761, sendo precedido apenas por Oeiras. Originalmente denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, a cidade teve seu nome simplificado para Parnaguá após sua emancipação política.

12-(IBED) A etimologia do nome Parnaguá tem origem na língua tupi e significa "enseada de grande rio", derivando da junção dos termos "paraná" (grande rio) e "kûá" (enseada ou baía). Esta denominação reflete a histórica relação do município com os recursos hídricos da região sudeste do Piauí.

14-(IBED) Parnaguá está situada no extremo norte do estado do Piauí, a aproximadamente 100 quilômetros da capital Teresina, caracterizando-se por sua proximidade com o litoral e o Delta do Rio Parnaíba, o que favorece o desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas relacionadas ao ambiente costeiro.

15-(IBED) Entre os filhos ilustres de Parnaguá destaca-se João Lustosa da Cunha Paranaguá, que recebeu os títulos de 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaguá durante o período imperial brasileiro. Este personagem histórico acrescentou "Paranaguá" como seu último sobrenome em homenagem à sua cidade natal, demonstrando o prestígio e a relevância histórica do município no cenário político do Império.

16-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do Piauí, faz divisa exclusivamente com outros municípios piauienses, não possuindo fronteira com nenhum estado vizinho. Esta característica geográfica o distingue de outros municípios da região que compartilham limites com estados como Bahia e Maranhão.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição governamental almeja implementar um sistema de identificação biométrica facial em larga escala para otimizar o acesso a serviços públicos, alegando aprimoramento da segurança e eficiência. Assertiva: A utilização de tecnologias emergentes como a IA, nesse cenário, implica em profundas discussões éticas e de privacidade, dada a capacidade preditiva e de vigilância que o reconhecimento facial por IA confere. Embora possa aprimorar a governança digital, tal implementação demanda um arcabouço legal robusto e mecanismos transparentes de controle que assegurem a proteção de dados e a não-discriminação, sob pena de violar direitos fundamentais e minar a confiança do cidadão, especialmente pela suscetibilidade de algoritmos a vieses de treinamento que podem resultar em iniquidade no acesso aos serviços e na fiscalização.

17-(IBED) No contexto da Internet das Coisas (IoT), a convergência de diversos dispositivos conectados, desde eletrodomésticos inteligentes até sensores ambientais, gera um volume massivo de dados. Essa proliferação de dados exige uma infraestrutura de computação em nuvem robusta para armazenamento e processamento. Contudo, essa interconexão, embora promova eficiência e automação, atua como um vetor de fragilidades na segurança digital, pois a vulnerabilidade de um único dispositivo IoT pode comprometer toda a rede, criando novas superfícies de ataque que são, em geral, mais simples de serem gerenciadas por métodos tradicionais de segurança da informação do que por abordagens voltadas à resiliência de sistemas distribuídos e massivamente integrados.

18-(IBED) Sobre as tecnologias emergentes no cenário de governança digital, o 5G, ao proporcionar latências ultrabaixas e velocidades de conexão significativamente superiores às gerações anteriores, fomenta uma revolução. Esse avanço tecnológico tem o potencial de viabilizar aplicações de realidade aumentada e virtual em treinamentos de servidores públicos e de otimizar a comunicação entre diferentes órgãos do Estado. No entanto, sua implementação exige um investimento considerável em infraestrutura, que, se não acompanhado por políticas de inclusão digital e democratização do acesso, pode acentuar o fosso digital entre regiões e classes sociais no Brasil, transformando-se em um vetor de desigualdade ao invés de um catalisador de progresso igualitário.

19-(IBED) A Computação em Nuvem (Cloud Computing) oferece modelos de serviço como IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) e SaaS (Software as a Service), permitindo que órgãos governamentais hospedem suas aplicações e dados em infraestruturas de terceiros, como AWS, Azure ou Google Cloud. Essa abordagem, apesar de otimizar custos e escalabilidade, é intrinsecamente menos segura que a hospedagem local. A delegação da gestão da segurança a provedores externos exime o órgão público da responsabilidade pela conformidade regulatória e pela proteção dos dados sensíveis, uma vez que a segurança na nuvem é de responsabilidade integral do provedor de serviço, conformando-se ao princípio da 'nuvem zero-trust' adotado por esses provedores como padrão único e irrestrito, o que simplifica a governança de dados governamentais.

20-(IBED) Com o advento de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como ChatGPT e Google Bard, o setor público se depara com a oportunidade de otimizar processos internos, desde a redação de documentos técnicos até a resposta automatizada a questionamentos da população. No entanto, a implementação dessas ferramentas em ambientes governamentais exige uma avaliação rigorosa quanto à confiabilidade das informações geradas, o controle sobre os dados de treinamento utilizados e a potencial substituição de mão de obra humana, que pode levar a questões éticas e sociais graves. A capacidade de discernir a veracidade e a fonte da informação produzida por essas IAs torna-se um desafio central, exigindo que o usuário final detenha um alto grau de letramento digital e crítico para evitar a disseminação de notícias falsas ou dados imprecisos que comprometam a integridade dos serviços públicos.

21-(IBED) A perspectiva da acumulação flexível, característica do capitalismo contemporâneo, impõe ao Serviço Social a reelaboração de sua instrumentalidade, exigindo não apenas a compreensão das novas configurações da 'questão social', mas também a construção de estratégias profissionais que transcendam a mera mediação de políticas focais, buscando incidir na desconstrução dos mecanismos estruturais de precarização da vida, ainda que o acesso universal a direitos sociais permaneça uma utopia na lógica do capital.

22-(IBED) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, embora fundamentado na autonomia relativa da profissão, preconiza uma adesão incondicional aos preceitos da moral burguesa, como forma de legitimação social e política da categoria, afastando-se de qualquer proposta de ruptura com as bases hegemônicas da sociedade, o que se evidencia pela neutralidade valorativa implícita no Código de Ética Profissional.

23-(IBED) Situação hipotética: Um Assistente Social atua em um CRAS de um município de pequeno porte, onde observa uma demanda crescente por serviços socioassistenciais decorrente do desemprego estrutural e da fragilização dos vínculos familiares. Assertiva: Neste contexto, a priorização exclusiva de programas de transferência de renda, sem articulação com ações de fortalecimento de capacidades e emancipação, alinha-se à diretriz de focalização extrema da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como estratégia de promoção da autonomia plena dos usuários, conforme preconizado pelos fundamentos do SUAS.

24-(IBED) A regulamentação profissional do Assistente Social, estabelecida pela Lei nº 8.662/1993, ao definir as competências e atribuições privativas da categoria, paradoxalmente, restringe a autonomia profissional ao subordinar a prática do Assistente Social exclusivamente aos ditames da burocracia estatal, impedindo a construção de práticas criativas e inovadoras no âmbito das políticas sociais.

25-(IBED) A 'questão social', em sua gênese e desenvolvimento no modo de produção capitalista, configura-se como um emaranhado de expressões da pauperização e da desigualdade, que, ao serem objetivadas em políticas sociais, perdem sua centralidade na luta de classes, tornando-se meros objetos de gerenciamento técnico-burocrático, desprovidos de potencial transformador da estrutura social.

26-(IBED) A adoção do referencial teórico marxista no Serviço Social brasileiro, embora tenha propiciado uma análise crítica das expressões da 'questão social', incorreu no erro de subestimar a importância das dimensões culturais e subjetivas na conformação dos fenômenos sociais, limitando-se a uma interpretação economicista que negligencia a complexidade da intervenção profissional.

27-(IBED) O Código de Ética do Assistente Social, ao estabelecer princípios como o reconhecimento da liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos direitos humanos, postula uma práxis profissional que exige do Assistente Social a superação de concepções conservadoras sobre família e sociedade, impulsionando a categoria a assumir uma postura de vanguarda na luta por uma ordem social justa e igualitária, sem, contudo, prescrever as formas concretas de organização societal.

28-(IBED) Situação hipotética: Um Assistente Social é demandado para atuar em uma unidade de saúde que prioriza a lógica da medicalização dos problemas sociais, relegando a um segundo plano as dimensões sociais e psicossociais da saúde. Assertiva: Neste cenário, o profissional deve pautar sua intervenção pelo princípio da neutralidade profissional, submetendo-se à hegemonia do discurso biomédico, a fim de garantir a aprovação institucional de suas ações, sem questionar as bases ideológicas da instituição.

29-(IBED) A Seguridade Social no Brasil, concebida pela Constituição Federal de 1988 como um tripé que engloba Saúde, Previdência e Assistência Social, representa um avanço paradigmático ao universalizar o acesso a direitos, superando a tradição seletiva e contributiva das políticas sociais pré-constitucionais, ainda que a efetivação desses direitos seja tensionada pelas limitações orçamentárias e pela precarização do trabalho.

30-(IBED) A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), ao instituir o benefício de prestação continuada (BPC), reproduz a lógica assistencialista e seletiva que caracterizava a assistência social brasileira antes da promulgação da Constituição de 1988, reforçando a condição de dependência dos usuários e desconsiderando o caráter de direito social universal da assistência.

31-(IBED) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao organizar os serviços em proteção social básica e especial de média e alta complexidade, instrumentaliza o Assistente Social na gestão de suas atribuições profissionais, permitindo a desarticulação das ações em rede para garantir uma maior flexibilidade na resposta às demandas fragmentadas dos usuários, sem a necessidade de uma atuação intersetorial que poderia burocratizar o atendimento.

32-(IBED) A Política Nacional de Direitos Humanos, ao afirmar a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, estabelece um imperativo ético-político para o Serviço Social, demandando uma prática profissional que incida na raiz estrutural das violações de direitos, superando abordagens fenomenológicas que apenas atenuam os sintomas da questão social.

33-(IBED) Situação hipotética: Em um município, a gestão pública decide desfinanciar os CREAS em detrimento da ampliação dos serviços de acolhimento institucional, sob a alegação de que esta última modalidade seria mais eficaz na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência. Assertiva: Tal medida, alinhada à lógica de um Estado mínimo, contraria frontalmente os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que priorizam a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos como eixos centrais da proteção social.

34-(IBED) O processo de mercantilização da saúde, mesmo após a criação do SUS, ainda se manifesta por meio da coexistência de sistemas público e privado, o que impõe ao Assistente Social o desafio de mediar as tensões entre o direito universal à saúde e a lógica do mercado, sem, no entanto, poder questionar as bases econômicas que sustentam essa dualidade em sua intervenção pragmática.

35-(IBED) A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), embora represente um avanço legislativo no combate à violência contra a mulher, é insuficiente para dismantlar as estruturas patriarcais que a sustentam, exigindo do Assistente Social uma atuação que transcenda a mera aplicação da lei, buscando a promoção de reflexões críticas sobre gênero e poder, mesmo que estas não resultem em ações diretas de judicialização.

36-(IBED) A Política Nacional de Saúde Mental, ao defender o modelo de atenção psicossocial aberto e de base comunitária, prescindir da atuação do Assistente Social, uma vez que a dimensão social do sofrimento psíquico é integralmente absorvida pela equipe multidisciplinar dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), eliminando a necessidade de uma intervenção específica que contemple as particularidades inerentes à profissão.

37-(IBED) A concepção de cidadania defendida pelo projeto ético-político do Serviço Social transcende a dimensão formal-legal, pressupondo a construção de sujeitos sociais ativos e participativos, capazes de lutar pela efetivação de seus direitos, o que implica uma postura profissional que fomente a autonomia e o protagonismo dos usuários, sem se restringir à provisão de serviços e benefícios.

38-(IBED) A diversidade e a inclusão social, embora sejam temas de relevância crescente nas agendas governamentais, representam para o Assistente Social apenas um conjunto de demandas secundárias, que devem ser abordadas após a resolução dos problemas mais urgentes relacionados à pobreza e à exclusão econômica, configurando-se como pautas de menor prioridade na intervenção profissional.

39-(IBED) Situação hipotética: Um Assistente Social atua em um projeto de habitação social e se depara com famílias que, mesmo após a entrega das moradias, permanecem em situação de vulnerabilidade devido à falta de acesso a emprego e serviços públicos. Assertiva: Nesse contexto, o profissional deve focar exclusivamente na mediação para acesso a benefícios assistenciais, desconsiderando a necessidade de articulação com políticas de geração de renda e desenvolvimento comunitário, sob o risco de ultrapassar os limites de sua competência profissional.

40-(IBED) O Estatuto do Idoso, ao estabelecer os direitos fundamentais da pessoa idosa, como o direito à vida, à saúde, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, representa um avanço significativo na proteção desse segmento populacional, mas sua efetivação é constantemente desafiada pela persistência de práticas de etarismo e pela insuficiência de políticas públicas adequadas.

41-(IBED) A relação do Serviço Social com a questão social é intrínseca, contudo, a profissão tem se limitado a ser um mero instrumento de controle social das expressões da pobreza, sem desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento das suas causas estruturais, o que demonstra a falência do projeto ético-político em sua capacidade de transformação social.

42-(IBED) As principais correntes de pensamento do Serviço Social brasileiro, como o Serviço Social Crítico e o Serviço Social de Intenção de Ruptura, propuseram uma guinada radical na inserção profissional da categoria, defendendo a desvinculação completa das instituições estatais e a atuação exclusiva em movimentos sociais autonomistas, como forma de garantir a pureza ideológica da intervenção.

43-(IBED) A Constituição Federal de 1988, ao instituir a cidadania como um dos fundamentos da República, estabelece o arcabouço normativo para a expansão dos direitos sociais no Brasil, mas a sua implementação tem sido marcada por recuos e avanços, impondo ao Assistente Social o permanente desafio de defender a integralidade e a universalidade dos direitos frente às pressões neoliberais.

44-(IBED) Situação hipotética: Uma Assistente Social que atua em um hospital público percebe que o sistema de referência e contrarreferência para a rede socioassistencial é ineficaz, gerando descontinuidade nos cuidados e agravamento da situação de vulnerabilidade dos pacientes. Assertiva: A profissional deve, prioritariamente, elaborar um relatório técnico que impute a responsabilidade da falha exclusivamente à gestão hospitalar, sem propor soluções articuladas e intersetoriais, pois a sua função é meramente de denúncia e registro de problemas.

45-(IBED) A ética profissional do Assistente Social, baseada nos princípios do Código de Ética, exige uma postura irremovível de defesa dos interesses dos usuários, mesmo que estes contradigam as normas institucionais ou as diretrizes das políticas públicas vigentes, pois a autonomia profissional se sobrepõe a qualquer regulamento externo.

46-(IBED) A pobreza, enquanto expressão multifacetada da questão social, não pode ser reduzida a uma mera carência material; ela envolve dimensões de privação de direitos, exclusão social e simbólica, demandando do Serviço Social uma abordagem multidimensional que articule a provisão de recursos com o fortalecimento da capacidade de agência dos indivíduos e coletivos.

47-(IBED) A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) é irrelevante para a prática do Assistente Social, uma vez que as desigualdades raciais são predominantemente questões culturais e identitárias, não se configurando como objeto de intervenção do Serviço Social, que deve focar unicamente nas desigualdades socioeconômicas explícitas.

48-(IBED) O processo de reestruturação produtiva do capital, ao gerar novas formas de precarização do trabalho e flexibilização das relações laborais, aprofunda as expressões da questão social, exigindo do Assistente Social uma capacidade de análise crítica e de proposição de alternativas que ultrapassem a visão de que a empregabilidade individual é a única solução para a pobreza.

49-(IBED) A construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos no Brasil, embora almejada, é uma utopia irrealizável, dada a complexidade das interações entre os três poderes e a fragmentação das políticas públicas, o que torna ineficaz qualquer esforço do Serviço Social para articular ações em defesa de direitos de forma sistêmica.

50-(IBED) A concepção da vulnerabilidade social, adotada nas políticas sociais contemporâneas, embora importante para identificar grupos e famílias em risco, tem sido criticada por, por vezes, transferir para o indivíduo ou a família a responsabilidade por condições que são estruturais, demandando do Assistente Social uma leitura crítica que evite a culpabilização das vítimas e incida sobre as causas sociais da vulnerabilidade.